

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA GOVERNAMENTAL E
CONTABILIDADE PÚBLICA**

ANA PAULA VIEIRA

**PLANEJAMENTO DE AUDITORIA INTERNA E O RISCO
CORPORATIVO**

**Aracaju – SE
2009**

ANA PAULA VIEIRA

**PLANEJAMENTO DE AUDITORIA INTERNA E O RISCO
CORPORATIVO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação
e Extensão da FANESE, como requisito
para obtenção do título de Especialista em
Auditoria Governamental e Contabilidade
Pública**

**Aracaju – SE
2009**

ANA PAULA VIEIRA

PLANEJAMENTO DE AUDITORIA INTERNA E O RISCO CORPORATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Auditoria Governamental e Contabilidade Pública.

Prof.^a Sônia Andrade

Josefa Vanuza de Santana

Ana Paula Vieira

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 02 de Agosto de 2009.

RESUMO

A atividade de auditoria interna tem passado por grandes mudanças nos últimos anos. Os órgãos de controle estão inovando no planejamento das atividades de auditoria, utilizando-se da metodologia de riscos corporativos das instituições. O presente trabalho enfatiza a importância do planejamento de auditoria interna na gestão do risco corporativo. Se a Auditoria Interna não observar os riscos corporativos, a continuidade da empresa será comprometida? O objetivo é demonstrar as diversas contribuições da Auditoria Interna na prevenção dos riscos, por meio de pesquisa exploratória, do tipo bibliográfica e documental, através de livros, artigos, internet, revistas e análise de documentos referentes ao tema, como ferramentas para dar suporte e apoio à pesquisa. Diversos estudos comprovam os benefícios de se gerenciar os riscos corporativos, afirmando que tal esforço deva aumentar o valor da empresa, divergindo muitas vezes na maneira como tal é conseguido. Assim, o gerenciamento de risco através da Auditoria Interna se torna relevante dentro das instituições, à medida que permite alterar os fatores que impactam no resultado operacional.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Planejamento de Auditoria. Gestão de Risco Corporativo.

SUMÁRIO

RESUMO	
1 INTRODUÇÃO	06
2 AUDITORIA: SURGIMENTO, NOÇÕES E CONCEITOS	07
2.1 Tipo de Auditoria quanto a Forma de Intervenção.....	08
3 PLANEJAMENTO DE AUDITORIA	12
4 AUDITORIA INTERNA E A GESTÃO DOS RISCOS CORPORATIVOS.	15
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
ABSTRACT	23

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das corporações, a abertura de capital e a expansão dos mercados tornaram as atividades de auditoria cada vez mais importante como forma de apoiar as decisões que os administradores e investidores irão tomar. Com os negócios se expandindo, é preciso que as empresas passem a ter uma estrutura interna mais forte, com normas e procedimentos internos para alinhar a prática empresarial.

A não observância dos riscos corporativos pela Auditoria Interna pode comprometer a continuidade da empresa?

O presente trabalho se justifica e se faz relevante dentro do ambiente organizacional, e por considerar que as discussões referentes aos mecanismos de gerenciamento dos riscos corporativos ainda não culminaram em um modelo único, o que permite a proposição de ferramentas que busquem ajudar os gestores na mensuração dos riscos do negócio.

Levando-se em consideração a importância dos procedimentos metodológicos, optou-se por uma pesquisa exploratória, do tipo bibliográfica e documental, referente ao planejamento de Auditoria Interna e Gestão do Risco Corporativo.

2 AUDITORIA: SURGIMENTO, NOÇÕES E CONCEITOS

Segundo Attie (2004), a atividade de auditoria originou-se na Inglaterra que, como dominadora dos mares e do comércio em épocas passadas, teria iniciado a disseminação de investimentos em diversos locais e países e, por consequência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais.

Corroborando com a afirmação de Attie, Gimenes (2005), enfatiza que a auditoria contábil surgiu em decorrência da necessidade de confirmação dos saldos de contas apresentadas nos balanços e da taxaço do imposto de renda por volta do século XIII. Não se sabe ao certo o início da utilização desta técnica, mas diversos autores apontam a Inglaterra como país de seu surgimento.

Lopes de Sá (2002) esclarece que o surgimento da auditoria foi ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas geograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Com a evolução da contabilidade, a auditoria também se evoluiu, influenciada pelo desenvolvimento econômico dos países, crescimento das empresas e da expansão das atividades produtoras, que geraram uma crescente complexidade na administração dos negócios e das práticas financeiras como uma força propulsora para o desenvolvimento da economia de mercado. A auditoria contábil ganhou papel de extrema relevância junto à administração das organizações, com o advento das grandes empresas e as conseqüentes alterações no cenário mundial.

A administração de empresas, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Todavia, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo seguidos pelos funcionários da empresa, daí a importância da auditoria.

Para Lopes de Sá (2002, p. 25), a auditoria é:

[...] uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, querem ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Sendo assim, o auditor se apóia na verificação documental, de livros e registros contábeis para validar ou não as demonstrações contábeis da empresa que ele está auditando, a fim de sanar qualquer dúvida de suspeita, de qualquer natureza, dos sócios ou administradores.

Conforme Lopes de Sá (2002), a tendência moderna da auditoria representa uma evolução relativa que primitivamente se atribuía à auditoria e que se limitava ao campo de simples verificação. O conceito hoje é dinâmico e prossegue em evolução, atribuindo-se à auditoria outras importantes funções, abrangendo todo organismo da empresa e da sua administração. E além da missão de exame passa também à crítica, como consequência das suas interpretações, o que é uma tendência essencialmente dinâmica a todos esses aspectos novos que se vêm imprimindo à ciência contábil.

Completa ainda o autor citado,

Se o exame não for sistemático, isto é, senão obedecer a um sistema racional, eminentemente tecnológico, com o rigor necessário, não será possível obter um trabalho que mereça ser classificado como contábil, sendo esta a razão pela qual não é bastante verificar, é preciso proceder a exames segundo um sistema tecnológico, ou seja um conjunto harmônico de medidas que concorram para um fim exato (A. Lopes de Sá, 2002, p.25).

Pela aplicabilidade da auditoria, o auditor interno necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão das contas do ativo, passivo, despesa e receita, a fim de estabelecer natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria, colher evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar as evidências.

Além disso, o auditor deve direcionar seu trabalho através das normas práticas dentro dos postulados da Contabilidade, observando as condutas diferentes das que a doutrina contábil estabelece no procedimento da auditoria.

2.1 Tipo de Auditoria quanto a Forma de Intervenção

A auditoria poderá apresentar-se de formas diversas, cada uma delas com características peculiares, podendo ser classificadas da seguinte maneira: geral, parcial, integral, de testes, permanente, externa e interna, dentre outras.

Pela extensão de suas formas, serão analisadas apenas a Auditoria Interna e Externa, pelo fato de as mesmas serem bastante analisadas no campo acadêmico, e fazerem parte do objeto desse artigo.

A auditoria Interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, normalmente realizados por profissionais da própria entidade, que tem por objetivo examinar a integridade, adequação, eficiência e a eficácia dos controles internos da entidade. Atualmente, sabe-se que muitas empresas contratam empresas de Auditoria para a realização desta atividade.

Segundo Jung (2001, p.56), a Auditoria Interna é:

Uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidos para as mesmas.

Franco (1992, p.8) ressalta que:

Com o desenvolvimento da atividade e o seu reconhecimento, o auditor vem conseguindo firmar-se como um elemento indispensável dentro da estrutura organizacional. O conceito tradicional do auditor interno está sendo há muito modificado pelas novas concepções da gestão empresarial, que vêem na Auditoria Interna um importante aliado para a revisão das operações desenvolvidas pelas áreas operacionais e de apoio, além disso, com base no exame minucioso das rotinas e procedimentos internos, avaliar a eficiência e a eficácia do funcionamento dos sistemas de controle interno da empresa.

A necessidade, cada vez mais crescente, exige do auditor interno, participação nas estratégias da empresa, colocando alternativas factíveis para o atendimento ao cliente, se possível.

O objetivo principal da Auditoria Interna é assessorar a organização no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo assim, um controle efetivo a um custo razoável.

A missão da Auditoria Interna é proporcionar um serviço de avaliação construtiva e de todas as atividades de uma organização. Para tanto, seleciona as operações e atividades

que serão submetidas à Auditoria e que potencialmente possam beneficiar-se com a revisão que a Auditoria efetue.

A auditoria Externa (também conhecida como Independente) teve suas atividades iniciadas no Brasil com a chegada de empresas de Auditoria internacionais, que vieram examinar organizações estrangeiras.

Os auditores externos têm por propósito de trabalho a emissão de pareceres a cerca das demonstrações contábeis das organizações, com base nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e normas específicas de Auditoria, de forma independente e utilizando-se de relatórios padronizados.

A Auditoria Externa é realizada por profissional alheio à empresa, tendo como objetivo principal avaliar e evidenciar a fidedignidade das informações consignadas nas demonstrações contábeis, que poderá ser contratado para Auditoria permanente ou eventual, desde que não haja vínculo empregatício com a empresa auditada.

O auditor externo trabalha essencialmente em cima do sistema contábil e de controle interno de uma entidade, tanto privada quanto pública. Atendendo ao fim que se destina a Auditoria, o auditor independente poderá realizá-la com seus métodos e conveniências, desde que obedeça às normas usuais de Auditoria e obtenha os elementos de convicção com os quais dará parecer sobre a matéria examinada.

O produto final da Auditoria, tanto interna quanto externa, é informar, com base em evidências, à direção e gerência superior se os seus sistemas de controle são econômicos, eficientes e efetivos; assim como aconselhar ou assessorar através de documentos como conseguir que ditos sistemas o sejam. Todavia, elas apresentam algumas diferenças.

O quadro 01 descreve as principais características que diferenciam a Auditoria interna da Auditoria externa.

Elementos	Auditoria Interna	Auditoria Externa
Profissional	Funcionários da Empresa	Prestador de serviços independente
Ação e Objetivo	Exame dos processos operacionais, contábeis e sistêmicos	Demonstrações Financeiras
Finalidade	Promover melhoria nos controles da empresa de forma	Opinar sobre as Demonstrações

	a assegurar a proteção ao patrimônio	Financeiras
Relatório principal	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa	Parecer
Grau de Independência	Menos amplo	Mais amplo
Interessados no trabalho	A empresa	A empresa e o público
Responsabilidade	Trabalhista	Profissional, civil e criminal
Número de áreas cobertas pelo exame durante um período	Menor	Maior
Intensidade dos trabalhos em cada área	Maior	Menor
Continuidade do trabalho	Contínuo	Periódico

Quadro 1 – Auditoria Interna x Auditoria Externa
Fonte: JUNG (2001).

Apesar das características diferenciadas entre ambas, as auditorias se completam, pois a auditoria interna poderá deixar de executar procedimentos que ela sabe serem executados pela auditoria externa, enquanto esta poderá determinar a profundidade de seus exames e a quantidade de seus testes segundo a confiança que lhe merecer a auditoria interna, que constitui uma das formas de controle interno.

É importante salientar que é possível que os auditores internos e externos trabalhem em colaboração, programando em conjunto os serviços, de forma que ao auditor interno caibam todos os serviços analíticos, tais como levantamentos, verificação de contas, conciliações e até mesmo a revisão integral dos registros contábeis, ao passo que ao auditor externo caberia conferir esses serviços, por amostragem e ao acaso, segundo seu próprio juízo. Nesse caso, o trabalho do auditor externo inicia onde termina o do auditor interno.

3 PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

As normas de auditoria exigem que os auditores para a execução da auditoria sigam um plano bem detalhado e adequado. Para tanto, nesse plano é necessário estabelecer metas que visem à qualidade e um bom orçamento de custos.

Este plano faz parte de um planejamento, que representa a peça fundamental para que o serviço seja realizado em tempo hábil, com eficiência e correto. Assim, o planejamento e a programação são tão importantes para os auditores quanto o conhecimento dos preceitos de Contabilidade e os procedimentos de auditoria.

Conforme Attie (2004), a execução de um trabalho que dirija para que os objetivos propostos sejam alcançados é dependente, em essência, da elaboração de um eficiente planejamento de auditoria. O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre o ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade em exame.

Segundo o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), para a auditoria atingir seus fins, o trabalho deve ser adequadamente planejado, de forma a prever a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos que nele serão empregados, bem como a oportunidade de sua aplicação.

Desse modo, é possível dizer, ainda conforme Attie (2004), que o planejamento é o alicerce sobre o qual todo trabalho deve ser fundamentado e funciona como um mapa estrategicamente montado para atingir o alvo. A montagem do planejamento objetiva percorrer uma estrada predeterminada, num ramo identificado, estabelecido e analisado.

Além disso, no planejamento de auditoria é necessário considerar, os principais procedimentos de auditoria; os planos de auditoria; os testes detalhados de auditoria; o planejamento do trabalho; e os riscos

No tocante aos procedimentos de auditoria, é possível inferir que os procedimentos de auditoria são as ferramentas técnicas, das quais o auditor se utiliza para a realização de seu trabalho, consistindo na reunião das informações possíveis e necessárias e avaliação destas para que ele possa emitir sua opinião imparcial (ATTIE, 2004).

Attie (2004 apud VAZ, 2006) destaca dez procedimentos mais usados, a saber: Exame Físico (procedimento para se determinar se os registros contábeis estão corretos de

acordo com a existência física do item examinado); Confirmação (obtenção de declarações formais de informações através de pessoas independentes da companhia); Exame dos documentos originais (Nesse procedimento o auditor irá comprovar que toda a documentação gerada nessas transações teve suas ocorrências contábeis, fiscais e legais registradas, o que atesta a veracidade da sua realização); Conferência dos cálculos (O auditor refaz os cálculos, mesmo que o seu cliente já os tenha feitos, o que pode revelar possíveis erros por parte da administração nos cálculos); Exame da Escrituração (É a técnica de auditoria utilizada para a constatação da veracidade das informações contábeis); Investigação Minuciosa (É o exame aprofundado, por parte do auditor, em toda a matéria auditada, em seus aspectos contábeis, fiscais e legais. Para isso o auditor utiliza todos os seus conhecimentos profissionais e os emprega para constatar a fidedignidade das informações); Inquérito (É a obtenção de informações pelo auditor através de um formulário com perguntas preparadas por ele, para conseguir as informações que considera importantes para dar seqüência ao seu trabalho); Exame dos registros auxiliares (Nada mais é que um exame detalhado dos livros auxiliares para comprovar os registros dos livros principais. Podem-se analisar os registros auxiliares de contas a receber, de vendas, de recebimentos/ pagamentos, estoques, compras); Correlação das informações obtidas (É o procedimento que analisa o relacionamento harmônico do sistema contábil das partidas dobradas); Observação (Esse que é o último dos principais procedimentos aqui listados tem mais relação com a capacidade do auditor em perceber erros ou fraudes durante a execução dos seus trabalhos. Essa capacidade está ligada com a experiência profissional que o auditor vem acumulando na sua carreira na consecução de seus trabalhos e também nos conhecimentos por ele empregados (p.143).

Já os planos de auditoria referem-se a uma série de notas que abrange o objetivo geral e a maneira de conduzir os trabalhos, cuja preparação tem em vista a primeira norma de execução do trabalho de campo, conforme está descrita no boletim do Instituto de Contadores Públicos Certificados – AICPA, e que reza: "O trabalho deve ser adequadamente supervisionados".

De acordo com Attie (2004), o plano deve ser escrito antes do início dos trabalhos de auditoria seguindo a seqüência de fatos abaixo:

- Conferência preliminar com o cliente, quando são discutidos prazos de encerramento das contas, os problemas especiais e outros fatos correlatos;
- Preparação do plano preliminar de auditoria que deve cobrir, pelo menos, o trabalho na área de controle interno;

- Na época em que foi contemplado a avaliação do controle interno, em que todas as falhas e os pontos fortes foram listados;
- Revisão do plano preliminar de auditoria para efeito de localizar problemas de controle interno;
- Na época em que são preparados os programas detalhados de auditoria;
- À medida que progride o trabalho, o plano de auditoria e o programa de auditoria original deverão ser revisados, seguindo as necessidades.

Portanto, os planos de auditoria devem ser específicos para cada trabalho sendo o mais informativo possível. O seu preparo é fundamental para que se possa coordenar os pensamentos de auditoria para evitar que se passe por cima de certos procedimentos de auditoria necessários e para eliminar trabalhos inúteis feitos em épocas anteriores.

No tocante ao planejamento do trabalho de auditoria é importante dizer que ele tem por objetivo a identificação dos possíveis trabalhos de auditoria a serem executados em cada uma das empresas auditáveis, considerando as peculiaridades que cada empresa possui. O planejamento deve fornecer a noção exata do que representa a empresa a ser examinada, de forma que permita conhecimento abrangente e total ao pessoal da auditoria. E também é oportuno determinar as formas pelas quais a auditoria interna pretende desenvolver suas tarefas, para que possa realizar estudo que abranja a totalidade da empresa.

A ausência de planejamento ou a presença de um planejamento inadequado pode gerar: a utilização de procedimentos inadequados, as áreas importantes de risco podem não ser examinadas pela auditoria e o atraso na identificação de pontos relevantes de serem investigados.

Portanto, o processo de planejamento de Auditoria se inicia na fase de avaliação para contratação dos serviços, quando se deve considerar o tipo de atividade da entidade, a sua complexidade, a legislação aplicável, os relatórios, o parecer e os outros informes a serem emitidos, de modo a determinar a natureza do trabalho a ser executado (ATTIE, 2002).

4 AUDITORIA INTERNA E A GESTÃO DOS RISCOS CORPORATIVOS

Segundo Moraes (2007), os riscos podem ser associados a ameaças e a oportunidades, uma vez que não identificados se comportam como incertezas para qualquer tipo de empreendimento que deve ser desenvolvido ou está em desenvolvimento. O conceito mais utilizado hoje surgiu na teoria das probabilidades, implicando na estimativa de eventos relacionados a perdas e suas conseqüências. Este conceito estatístico levou a maioria dos profissionais a adotar o termo risco como sinônimo de ameaça.

O mercado conceitua risco de diversas formas, tais como: incerteza quanto aos resultados futuros; possibilidade de prejuízo financeiro ou volatilidade de retorno associada a um ativo; chance de algo acontecer causando impacto nos objetivos; possibilidade de que um evento ocorra e afete adversamente o alcance dos objetivos; quantificação da incerteza tanto no que diz respeito a perdas como aos ganhos; efeito da incerteza nos objetivos, dentre outros.

Portanto, é possível compreender que o risco é um evento ou condição incerta que, ao ocorrer, gerará efeitos positivos (oportunidades) ou efeitos negativos (ameaças) aos objetivos de um projeto organizacional. Daí a importância de se gerenciar riscos em empreendimentos, na medida em que todo e qualquer trabalho a ser executado está sujeito a perigos ou adversidades que ao ocorrerem podem gerar conseqüências desastrosas ou efeitos que são de difícil conserto (MORAES, 2007).

Em virtude das mudanças que vêm ocorrendo no cenário organizacional, nos últimos anos, houve uma preocupação com o gerenciamento de riscos, e tornou-se cada vez mais clara a necessidade de uma estratégia sólida, capaz de identificar, avaliar e administrar riscos (FLAHERTY, 2007).

Para Moraes (2007), o gerenciamento de riscos é uma área nova de conhecimento que tem se tornado dia-a-dia mais importante para as pessoas e para as organizações. Como a gestão de riscos se constitui em aspecto essencial ao desenvolvimento, implantação e operacionalização de qualquer empreendimento, passa a ser uma prática que bem conduzida pode vir a maximizar a eficácia e porque não a efetividade de qualquer projeto, atividade ou negócio.

O gerenciamento de riscos corporativos é uma arte que deve ser desenvolvida por todos os gerentes de empreendimentos visando minimizar conseqüências negativas, ou seja,

as ameaças e maximizar consequências positivas (oportunidades) sobre os objetivos dos projetos organizacionais.

Na concepção de Steinberg et al (2007), o gerenciamento de riscos corporativos possibilita aos administradores tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a elas associadas, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor. Por sua vez, o valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimentos e os riscos a elas associados, e para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

Ainda conforme esse autor, o gerenciamento de riscos corporativos tem por finalidade: alinhar o apetite a risco com a estratégia adotada; fortalecer as decisões em resposta aos riscos; reduzir as surpresas e prejuízos operacionais; identificar e administrar riscos múltiplos e entre empreendimentos; aproveitar oportunidades; otimizar o capital.

O gerenciamento dos riscos corporativos pressupõe um plano de gerenciamento de riscos capaz de possibilitar a averiguação dos riscos do projeto organizacional, iniciando-se pela identificação e análise de riscos específicos do projeto e pelas abordagens de tratamento destes, bem como pela monitoração, controle e acompanhamento dos riscos, se definido os responsáveis pela atualização do plano e com que frequência os riscos deverão ser reportados.

Portanto, o gerenciamento dos riscos corporativos é componente central na moderna gestão estratégica das organizações. Com tal deve identificar e tratar os riscos relacionados às atividades e aos negócios com o fim de dar sustentação a cada atividade, projeto e a avaliação da organização, aumentando com isso as chances de sucesso dos empreendimentos.

A avaliação do risco em auditoria identifica, mede e prioriza os riscos para possibilitar a focalização das áreas auditáveis mais significativas. Em cada ação de auditoria, a avaliação do risco é utilizada para identificar as áreas mais importantes dentro do seu âmbito, permitindo ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente.

No caso da auditoria interna, a avaliação de riscos pode determinar, por exemplo, que unidade/processo avaliar, haja vista, o limitado número de horas de auditoria disponíveis, enfatizando, neste caso, as unidades/processos que apresentem maior risco.

Outro âmbito da aplicação do conceito de riscos está relacionado aos objetivos da instituição, pois conhecidos estes objetivos, a auditoria interna voltaria suas atividades para os riscos relacionados à consecução destes objetivos, procurando eliminá-los.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Estudos recentes demonstram que ainda as equipes especializadas em auditoria e gestão de risco, relutam em empregar técnicas de avaliação de riscos. Os principais motivos são: a não compreensão do conceito de riscos; necessidade de conhecimento técnico de aplicativos de tecnologia de informação (TI); pouco tempo para realizar um planejamento adequado.

Na verdade, estes motivos não são difíceis, a auditoria baseada no risco pode e deve ser utilizada pelas equipes de auditoria de todas as dimensões e tipos.

As auditorias baseadas no risco são esquematizadas para serem flexíveis, concentrando-se nas áreas mais importantes e calcadas em resultados, por isso o planejamento é importante na avaliação dos riscos.

Na Unicamp, a avaliação de riscos fornece elementos para elaborar o Plano Anual de Auditoria, assegurando que são examinadas todas as áreas de alto risco da instituição em uma base regular, e que, até mesmo áreas de médio e pouco risco, possam ter atenção da Auditoria Interna.

Os critérios utilizados para que se determine o risco de cada área compreendem fatores gerenciais, departamentais, materialidade e fatores externos como regulamentação, reputação, etc.

A Controladoria Geral da União (CGU) desenvolveu, em conjunto com a Transparência Brasil, ações de prevenção de corrupção destacando-se a criação de métodos de mapeamento e avaliação das áreas de maior risco de corrupção e a implementação de medida que reduzam, cada vez mais, possíveis focos capazes de fragilizar as instituições públicas.

O Mapeamento de Riscos de Corrupção é uma ferramenta de gerenciamento que possibilita aos agentes públicos mapear os processos organizacionais das instituições que integram, de forma a identificar fragilidades que permitam a ocorrência de atos de corrupção, implementando mecanismos preventivos que possam diminuir a vulnerabilidade e evitar a corrupção.

O Gartner Dataquest mapeou os principais obstáculos para se criar uma política eficiente de gestão de riscos, mostrando que existe sérias barreiras culturais e orçamentárias que impedem as grandes e médias empresas investirem de forma eficiente na gestão de risco.

A RSA Seguros vem implementando cada vez mais um gerenciamento de risco conciso e efetivo garantindo que os processos da Companhia possuam controles fortes e tratados.

Em Sergipe, o SEBRAE, nos últimos anos, adotou um rígido controle das suas contas, através da Auditoria Interna, para que se possa cumprir os orçamentos previstos juntamente com o SEBRAE Nacional, evitando gastos desnecessários e que difere dos objetivos propostos para os Programas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente corporativo, gerenciar o risco é sempre determinante para os resultados finais, e torna-se ainda mais relevante em períodos de maior incerteza, como a atualidade. Uma gestão eficaz precisa estar voltada tanto para os riscos inerentes ao negócio como para os riscos de mercado.

A gestão do risco é fundamental para diminuir perdas inesperadas, pois proporciona operações mais transparentes e garante eficiência operacional. É uma forma de proteger os acionistas contra eventuais fraudes contábeis ou conflitos de interesses. A gestão de risco exige aprimoramento da estrutura de controles internos financeiros e não-financeiros, melhoria nos processos e maior transparência das atividades realizadas.

A gestão não pode evitar o risco, mas risco significa tanto maximizar oportunidades ou proteger de perdas. Logo, a gestão do risco e o risco têm a ver com aproveitar as oportunidades enquanto tentamos minimizar as perdas. O objetivo organizacional não deve ser o de erradicar o risco, mas sim, reduzi-lo a um nível que seja tolerável. Uma organização pode gerir o risco filtrando eventos que podem causar danos ou reduzir as chances de se conseguir o melhor resultado possível. Um filtro é a liderança, outro, sistemas de gestão, o mais eficiente é o Sistema de Gestão de Riscos.

A exposição ao risco é um dos maiores desafios à sobrevivência das organizações. Se a adoção de estratégias corretas é o que define o futuro de uma organização, gerenciar adequadamente os riscos a que ela se expõe significa possibilitar que a organização tenha um futuro.

Considerando que as discussões referentes aos mecanismos de gerenciamento dos riscos corporativos ainda não culminaram em um modelo único, e de acordo com os dados apresentados na análise de resultado, a Auditoria Interna é importante na prevenção dos riscos corporativos.

REFERÊNCIAS

- AICPA, Instituto de Contadores Públicos Certificados. Disponível em:
<<http://www.aicpa.org/>>. Acesso em julho de 2009.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11.4 - Planejamento da Auditoria**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em julho de 2009.
- FLAHERTY, John J. et al. In: **COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada**. AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2007.
- FRANCO, L. & MARRA, S. **Contabilidade Gerencial**. Um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 1992.
- GIMENES, Éder Rodrigo. **O papel do auditor no contexto da auditoria externa e interna**. 2005. Disponível em :<
<http://www.crepr.org.br/publicações/downloads/revista145.pdf#page=35>>. Acesso em julho de 2009.
- JUNG, Sérgio. **Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. São Paulo: Impetus, 2001.
- MATOS, C.T. **Controle Interno nas organizações**. Disponível em:
http://www.unb.br/aud/conceito_e_interpretacao.htm. Acesso em julho de 2009.
- MORAIS, Francisco Eduardo de Oliveira. **Gerenciamento de aquisições, riscos e qualidade**. Brasília: POSEAD/Gama Filho, 2007.
- _____. **Risco sob Controle**. Disponível em:<
<http://info.abril.com.br/corporate/aplicacoes-de-gestao/risco-sob-controle.shtml>>. Acesso em julho de 2009.
- _____. **Risco Corporativo**. Disponível em:<
http://www.royalsun.com.br/ic_risco_corporativo.shtml>. Acesso em julho de 2009.
- SÁ, Antonio Lopes. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

STEINBERG, Richard M. et. al. **COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada**. AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. 2007.

ABSTRACT

The activity of internal auditorship has passed for great changes in recent years. The control agencies are innovating in the planning of the activities of auditorship, using themselves of the methodology of corporative risks of the institutions. The present work emphasizes the importance of the planning of internal auditorship in the management of the corporative risk. If the Internal Auditorship not to observe the corporative risks, the continuity of the company will be compromised? The objective is to demonstrate the diverse contributions of the Internal Auditorship in the prevention of the risks, by means of explore research, of documentary the bibliographical type and, through books, articles, Internet, magazines and analysis of referring documents to the subject, as tools to give to support and support to the research. Diverse studies prove the benefits of if managing the corporative risks, affirming that such effort must increase the value of the company, differentiating many times in the way as such is obtained. Thus, the management of risk through the Internal Auditorship if becomes inside excellent of the institutions, to the measure that allows to modify the factors that they influence in the operational result.

Word-key: Internal auditorship. Planning of Auditorship. Management of Corporative Risk.